



Temas Abordados: Campanha Mundial “Construindo Cidades Resilientes, Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres – Sendai e a sua integração com Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Acordo de Paris, Habitat III e a Cúpula Humanitária para a resiliência a desastres.

PUBLICAÇÃO: 28/02/2019



Brasil

Governo e prefeituras formalizam adesão ao projeto Mulheres Resilientes = Cidades Resilientes no Piauí

O governo do Piauí e cinco prefeituras da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Grande Teresina formalizaram na segunda-feira (25) seu compromisso e engajamento com as ações desenvolvidas no estado pelo projeto **“Mulheres Resilientes = Cidades Resilientes”, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)**. A iniciativa envolve os municípios de Teresina, Timon, Demerval Lobão, José de Freitas e Nazária.

Com o objetivo de orientar sobre o fortalecimento de políticas públicas a partir de uma perspectiva de gênero, a iniciativa desenvolverá, junto aos governos estadual e municipais, sugestões de ação em cinco áreas: educação para o trabalho e inclusão produtiva; enfrentamento à violência contra as mulheres; promoção da saúde das mulheres; melhoria da transversalidade de gênero nos equipamentos públicos; políticas de cuidados para redução da sobrecarga de responsabilidades concentradas nas mulheres.

Segundo a analista de gênero e raça do PNUD Brasil, Ismália Afonso, a ideia é que essas ações tenham um caráter fomentador de políticas públicas. “A partir de uma série de sugestões, as prefeituras, governo do estado e outras representações do poder público na região metropolitana vão poder absorver as sugestões dentro de seus instrumentos de políticas públicas”, afirmou.

A cerimônia de assinatura do termo de adesão ao projeto contou com a presença da vice-governadora Regina Sousa, do secretário de Estado do Planejamento, Antônio Neto, e dos prefeitos Firmino Filho (Teresina), Oswaldo de Carvalho (Nazária) e Carvalho Junior (Demerval Lobão).

Mulheres Resilientes = Cidades Resilientes

A fim de ampliar a capacidade das mulheres de superar crises relacionadas ao território e à vida adulta, o projeto “Mulheres Resilientes = Cidades Resilientes”, do PNUD Brasil, desenvolve iniciativas voltadas ao empoderamento econômico e à autonomia financeira das mulheres piauienses.

Propostas a partir de um esforço de diagnóstico executado pelo projeto na região, que identificou desafios e possíveis soluções, as ações serão realizadas em cinco municípios da região metropolitana de Teresina: Teresina, Demerval Lobão, Nazária, José de Freitas e Timon (esse último, no Maranhão).

Juntas, as cidades abrigam 1,05 milhão do total de 1,25 milhão de habitantes da região metropolitana do Piauí, o que afeta positivamente todo o território e colabora com a redução da pobreza.

FONTE: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2019/governo-e-prefeituras-formalizam-adesao-ao-projeto-mulheres-resi.html>



Primeira reunião do Conselho de Defesa Civil debate plano de resiliência contra desastres

Uma das pautas discutidas foi a elaboração de um plano local de resiliência no intuito de reduzir a possibilidade de desastres.



Na manhã desta quarta-feira (27), no salão do júri do Centro Universitário de Patos de Minas (Unipam), foi realizada pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil

(COMPDEC) e membros do **comitê da cidade resiliente**, a primeira reunião do conselho de Defesa Civil de Patos de Minas.

A solenidade contou com autoridades de órgãos diversos como Conselho Integrado de Meio Ambiente (Cima), Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente (Codema), Instituto Estadual de Florestas (IEF) e Colmeia (Coletivo Local de Meio Ambiente).

Membros de secretarias e superintendências municipais, bem como representantes da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Zoonoses, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA-MG), dentre outros, também estiveram presentes.

Durante a reunião, diversas pautas foram apresentadas, dentre elas a da elaboração de um **plano local de resiliência** no intuito de reduzir a possibilidade de desastres, como o rompimento da barragem de Brumadinho, por meio de um plano de contingência que segue parâmetros estipulados pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O coordenador da COMPDEC Tenente BM João Fernandes Caixeta afirmou que profissionais visitarão as barragens da região para avaliar se alguma delas apresenta risco real de rompimento. “No caso de Brumadinho, mesmo com a vistoria em dia, ocorreu o rompimento, queremos evitar esse tipo de catástrofe e estarmos preparados caso aconteça”, disse.

A solenidade reuniu os membros do comitê da campanha “Patos de Minas Mais Resiliente”, que busca tornar a cidade mais inteligente, inclusiva e sustentável. Além da pauta citada acima, também foram abordados itens da área da saúde, funcionamento e integração de órgãos de atendimento a urgência como Bombeiros, Samu e Defesa Civil, etc.

FONTE: <https://www.patosnoticias.com.br/noticia/22845-primeira-reuniao-do-conselho-de-defesa-civil-debate-plano-de-resiliencia-contra-desastres>



Construindo resiliência diante da crise: um foco nas pessoas e sistemas

Este artigo representa uma compreensão da **resiliência urbana** em relação às crises urbanas sob a perspectiva dos membros da Aliança Global para Crises Urbanas (GAUC), todos com diferentes mandatos, responsabilidades e áreas de enfoque. Os constituencies abrangem a sociedade civil, as autoridades locais, a academia e o ambiente construído, bem como agências humanitárias e de desenvolvimento. O que une esse grupo diverso é a busca da construção da resiliência urbana antes, durante e depois das crises, sejam elas naturalmente desencadeadas ou induzidas pelo homem, localizadas ou espalhadas por cidades ou vilarejos. Com essa diversidade de público em

mente, o objetivo deste documento é fornecer orientação de alto nível sobre a construção de resiliência para melhor vincular respostas de curto prazo e que salvam vidas a uma programação mais sustentável e de longo prazo durante uma crise.

Este artigo começa com uma explicação do valor da resiliência em relação à resposta à crise. Em seguida, discute como as cidades podem ser vistas como sistemas (componentes interconectados) e como um enfoque na interconexão de pessoas e sistemas como água, energia, habitação e saúde, por exemplo, pode fornecer uma resposta mais relevante e apropriada crises urbanas. O objetivo de focar nos sistemas urbanos resilientes e nas pessoas antes e depois de uma crise é criar um futuro urbano mais sustentável, alinhado a estruturas globais, como o Marco de Sendai para Redução de Risco de Desastres, a Nova Agenda Urbana, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e do Acordo de Paris sobre as Alterações Climáticas.

FONTE: https://www.preventionweb.net/files/63926_4.buildingurbanresiliencethefaceo.pdf



Desastres atuais e emergentes arriscam percepções na Oceania: principais recomendações para o gerenciamento de desastres e a construção de resiliência

A identificação e o perfil dos riscos atuais e emergentes de desastres é essencial para informar a prática efetiva do gerenciamento de riscos de desastres. Sem evidência clara, a prontidão para aceitar ameaças futuras é baixa, resultando na diminuição da capacidade de detectar e antecipar essas novas ameaças. Um consequente planejamento estratégico diminuído para mitigação, adaptação ou resposta resulta em uma capacidade de resiliência reduzida.

Este estudo teve como objetivo investigar ameaças à saúde e ao bem-estar das sociedades associadas ao impacto de desastres na Oceania. O estudo utilizou uma abordagem de métodos mistos para identificar riscos de desastres atuais e emergentes em países selecionados da Oceania, incluindo pequenas e grandes ilhas.

A análise quantitativa do Banco de Dados de Desastres Internacionais (EM-DAT) forneceu um histórico sobre o impacto de desastres na Oceania de 2000 a 2018. O perfil dos eventos registrados foi analisado para descrever a carga atual de desastres na região da Oceania. Um total de 30 entrevistas com informantes-chave com profissionais, gestores de políticas ou acadêmicos em gestão de desastres na região da Oceania forneceu insights de primeira mão sobre suas percepções das ameaças atuais e emergentes e identificou oportunidades para melhorar a prática e a resiliência do gerenciamento de riscos de desastres na Oceania. Métodos qualitativos foram utilizados para analisar essas entrevistas com informantes-chave. Usando análise temática, o estudo identificou evidências emergentes de risco de desastres a partir dos dados e

explorou novos caminhos para apoiar a tomada de decisões sobre a construção de resiliência e o gerenciamento de desastres.

O estudo caracterizou percepções da natureza e tipo de risco de desastre contemporâneo e emergente com impactos potenciais na Oceania. Os resultados do estudo capturaram não apenas os riscos tradicionais e contemporâneos, como a mudança climática, mas também os menos óbvios, como poluição plástica, aumento da desigualdade, urbanização descontrolada e insegurança alimentar e hídrica, que foram percebidos como contribuintes para o atual e / ou futuro. crises, ou como crises em si. As descobertas forneceram insights sobre como melhorar o gerenciamento de desastres de forma mais eficaz, principalmente por meio de abordagens bottom-up e educação para aumentar a participação de risco e ação comunitária, maior vontade política, boas práticas de governança e apoio de uma abordagem centrada nas pessoas.

FONTE: <https://www.mdpi.com/1660-4601/16/3/460>



Águas Subterrâneas e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Análise de interligações

Este relatório tem como objetivo tornar as interligações das águas subterrâneas mais explícitas e descrever sua força e direção para ajudar os tomadores de decisão a entender onde e até que ponto as águas subterrâneas devem ser levadas em consideração ao planejar e implementar os ODS.

Este relatório também visa contribuir para uma melhor incorporação e contabilização das águas subterrâneas no marco dos ODS. Embora seja improvável que mudanças significativas sejam feitas em um futuro próximo para uma estrutura de indicadores e metas de ODS global já complexa, o processo de revisão e as oportunidades de tais refinamentos estão em andamento¹. É importante informar esse processo e pensar além de 2030, quando um sistema atualizado de metas e indicadores poderá ser adotado pelos Estados-Membros da ONU.

Os principais públicos-alvo deste relatório são governos, ministérios e outros parceiros nacionais responsáveis pela implementação da Agenda 2030 e relatórios sobre o progresso no alcance das metas dos ODS. O relatório enfoca os elos mais significativos entre as metas dos ODS e as águas subterrâneas - aquelas que provavelmente terão impacto no planejamento, na implementação e na tomada de decisões em diferentes níveis administrativos. No entanto, não é uma análise abrangente de todos os links possíveis, e alguns que não são abordados podem ser importantes em circunstâncias específicas. Além disso, as prioridades nacionais e os trade-offs aceitáveis variam entre os países. Os países, portanto, precisarão fazer análises semelhantes para suas configurações e prioridades nacionais específicas.

FONTE:<http://inweh.unu.edu/wp-content/uploads/2018/12/Groundwater-and-Sustainable-Development-Goals-Analysis-of-Interlinkages.pdf>



ACCLIMATISE
building climate resilience



Envolvendo o setor privado no financiamento da adaptação às mudanças climáticas: aprendendo com a prática

Este artigo baseia-se na experiência do programa Action on Climate Today (ACT), bem como na literatura global sobre o envolvimento do setor privado para financiar a adaptação. Ele descreve os projetos realizados na Índia e no Nepal para identificar as lições aprendidas e os principais capacitadores em relação ao envolvimento do setor privado na adaptação.

A razão para se envolver com o setor privado é dupla: por um lado, o setor privado pode apoiar governos que enfrentam orçamentos públicos limitados e custos crescentes de gestão da mudança climática para alcançar a resiliência climática global, aproveitando a engenhosidade, habilidades e recursos financeiros de empresas e do setor financeiro maior. Por outro lado, o próprio setor privado está gradualmente se tornando consciente dos riscos físicos e das oportunidades decorrentes de um clima em mudança, e há uma consciência incipiente das medidas que ele pode tomar para avaliar e divulgar o risco e manter a rentabilidade de seus negócios.

Este artigo apresenta uma estrutura para identificar os principais fatores que permitem ao setor privado investir na adaptação às mudanças climáticas. Este quadro oferece uma abordagem abrangente para pensar sobre como os formuladores de políticas, profissionais e doadores podem envolver o setor privado na adaptação, incluindo motoristas, barreiras e capacitadores.

FONTE:http://www.acclimatise.uk.com/wp-content/uploads/2019/02/ACT-Private-Sector-paper_final_web-res.pdf

INFORMAÇÕES

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

INFORMATIVOS UNISDR

<http://www.eird.org/camp-10-15>

PREVENTIONWEB

<http://www.preventionweb.net/english/>

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>